



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 24

Sessão Ordinária Abril

1.ª Reunião de 17/04/2015

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Primeiro Secretário e pela vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltou a Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores: João Francisco Carvalho de Sousa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista

de candidatura, respetivamente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Batista e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Maria Leonor Nunes dos Reis, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, António dos Santos Costa, Maria Odete Gomes da Costa, João Carlos Bandeira Catarino, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 - Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 03FEV15 a 13ABR15;**
- Ponto 2 - Apreciação e votação da Dissolução da TEMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro;**
- Ponto 3 - Apreciação e votação da Dissolução da EMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro;**
- Ponto 4 - Apreciação e votação da Dissolução da MoveAveiro e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro;**
- Ponto 5 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2014, da Câmara Municipal de Aveiro;**
- Ponto 6 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas da TEMA, TA, EMA, MoveAveiro e AveiroExpo, de 2014;**
- Ponto 7 - Apreciação do 12º Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro;**
- Ponto 8 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio às Associações;**
- Ponto 9 - Apreciação e votação do Plano de Ação para a Energia Sustentável;**
- Ponto 10 - Apreciação e votação da Moção “Delegação Competências para os Municípios”.**

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰³, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 22 – Sessão Ordinária de Fevereiro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 23 – Sessão Extraordinária Março: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, cinco abstenções, e zero votos contra.

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início⁰⁰⁴ ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar de acordo com o Regimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁵

“Em 2012, um milhão de pessoas saiu à rua contra a alteração à Taxa Social Única que o governo queria aplicar. A intenção era a cada ano transferir um mês de salário do trabalhador para a empresa. No total seria um roubo de 2,3 mil milhões de euros. O povo saiu à rua e derrotou a medida.

Passos Coelho e Paulo Portas não desistiram no entanto do seu programa de empobrecimento. Fizeram o ataque através do Código de Trabalho e a transferência de riqueza do trabalho para o patronato foi quase a mesma: 2,2 mil milhões ao ano. Falamos da redução da retribuição por trabalho extraordinário (632 milhões), da retribuição de trabalho em feriados (13,3 milhões), da apropriação de dois feriados (440,9 milhões) e de três dias de férias (736,3 milhões) e ao fim do descanso compensatório por trabalho suplementar (373 milhões de euros).

Este é um país construído para as grandes empresas. Um país de dificuldades para os trabalhadores, para os desempregados e para os pensionistas. Depois de quatro anos de troika, Passos Coelho em final de mandato é perentório sobre o que quer para o futuro — reduzir ainda mais o custo do trabalho para as empresas.

Argumenta Passos Coelho que, não há investimento no país porque o preço do trabalho é demasiado elevado! Não é verdade. Só de 2013 a 2014, os custos do trabalho diminuiram 8,8%. Foi o país onde mais caíram.

Ainda de acordo com o Eurostat os países do euro tiveram um acréscimo de salários por hora de 1%, ao mesmo tempo em que a componente não salarial aumentou 1,2%. Já Portugal registou no mesmo período uma queda de 9,7% na componente salarial e de 5,8% na parte não salarial.

O salário médio em Portugal corresponde apenas a 56,41% da média da UE e apenas a 51,2% da média da zona euro. A realidade contradiz Passos Coelho.

Nos últimos 4 anos apenas se adensou o fosso entre trabalhadores e patrões. Ao mesmo tempo perdeu a economia, perdeu o emprego, perdeu o país. Precisamos pois de melhorar os rendimentos do trabalho em Portugal, não de mais cortes de salário.

Mas sabemos do que fala Passos Coelho na redução da TSU. Desta vez a intenção é baixar o valor pago pelas empresas, criando um rombo na Segurança Social.

Ao mesmo tempo, ontem, o governo prometeu cortar 600 milhões de euros às pensões em 2016.

O objetivo do governo da troika e dos seus apoiantes, sempre foi o da transferência de

riqueza do trabalho para o capital. Aumentaram a idade da reforma e cortaram as pensões. E sempre quiseram reduzir a TSU das empresas. Nunca se tratou de uma questão de sustentabilidade, mas sim de um ataque ao trabalho.

Não se trata de uma guerra entre gerações como o governo tentou fazer crer. É uma questão de luta de classes.

Conhecemos a solidariedade e os sacrifícios que muitos pais passaram para dar uma vida melhor aos seus filhos, para que pudessem estudar, para que pudessem ter um emprego. Solidariedade entre gerações, repito. É a história do país. Já a política do governo PSD/CDS-PP é de desmantelamento da Segurança Social, do ataque ao trabalho, à Escola e à Saúde Pública. Egoísmo social. E egoísmo é o oposto de solidariedade.

Há alternativa. O Bloco de Esquerda tem propostas para respeitar o trabalho e assegurar uma Segurança Social sólida. A realidade do trabalho mudou. Agora há empresas que com poucos trabalhadores têm lucros astronómicos. Não é justo que uma empresa com poucos lucros, mas com muitos trabalhadores pague mais para a Segurança Social que outra com enormes ganhos mas quase sem empregados. É necessária uma mudança e é necessária justiça na economia. No caso de empresas de capital intensivo deve haver uma contribuição para a Segurança Social indexada aos seus lucros.

O Governo foi derrotado em 2012 nas ruas. Voltará a ser derrotado. Este é um governo que quer a vingança com as conquistas de Abril. Defendemos Abril.

O 25 de Abril é uma celebração popular e faz-se pelo povo e nas ruas, por muito que custe também a este executivo camarário. Dia 25 estaremos nas ruas de Aveiro, pela liberdade, pela solidariedade, pela justiça, pela democracia.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

Boa noite Senhor Presidente, Exma. Câmara. Afirma-se, na resolução do XII Congresso da ANMP, realizado no final de Março, que “a tendência centralista, alegadamente justificada pela crise económico-financeira foi agravada nos últimos anos.

Tal situação, com a invocação de razões de Estado, associadas a restrições e condicionantes económico-financeiras, desconsiderou o Poder Local, tendo conduzido à degradação da autonomia local, colocando as Autarquias Locais numa situação inaceitável, tratando estas como meras repartições da Administração Central.

Por outro lado, a produção legislativa e a prática quotidiana em que se impõe às Autarquias Locais, fazerem cada vez mais com cada vez menos meios, ofendem gravemente a autonomia do Poder Local.”

Acrescentou o Congresso dos Municípios que «O País não pode eternizar o quadro de sucessivas hesitações estratégicas que apenas têm gerado assimetrias de desenvolvimento, desigualdade de oportunidades e piores condições de vida para os cidadãos. A presença do Estado no território deve concretizar-se através da existência de serviços públicos de proximidade, serviços de saúde, educação, justiça, finanças, segurança, apoio aos jovens, à terceira idade, a pessoas com deficiência, às empresas e às escolas; pela existência de infraestruturas e equipamentos públicos de natureza cultural, social, ambiental, de transportes e comunicações; pela criação e manutenção do emprego e promoção do crescimento económico.»

Entendendo que “a descentralização administrativa, designadamente nas áreas da educação e das políticas sociais, deve constituir-se em desígnio nacional” a ANMP acrescentou que, contudo, “só as transferências de competências com carácter

definitivo e universal respondem ao princípio da descentralização territorial, tendo que ser acompanhadas dos meios e recursos financeiros que assegurem a sua concretização.

Uma verdadeira descentralização tem de abranger todo o território e as suas comunidades locais, mas não pode, em qualquer circunstância, colocar em causa a prestação das funções sociais do Estado.”

Sempre no entender da Associação Nacional de Municípios, não devemos confundir (e volto a citar) «como o Governo parece fazer, a descentralização administrativa com a contratualização ou delegação de competências. Esta é conjuntural, efémera, geradora de desigualdades, discrepâncias e divergências de atuação, e não propicia uma verdadeira reforma do Estado e da Administração.»

Concordamos, no PCP, com este entendimento. E por isso mesmo não aceitamos o processo desencadeado pelo Governo com a publicação do Decreto 30/2015, de 12 de Fevereiro.

E não aceitamos que sejam dados passos que vinculem, mesmo que apenas politicamente o Município de Aveiro a este processo, sem que os órgãos da autarquia e a população se tenham pronunciado sobre a matéria.

Declarações como a do Conselho Intermunicipal da CIRA, de 22 de Dezembro, em que se manifesta o interesse da CIRA e dos seus onze municípios, repito “ e dos seus onze municípios” em negociar, vir a acordar e a contratualizar com o Governo medidas de delegação de competência nas áreas da Educação, Saúde, Cultura e Ação Social, são em nosso entender, abusivas, porque proferidas sem mandato para tal.

E de certa forma podemos até acrescentar que o Conselho Intermunicipal acabou por mentir ao Governo, quando afirmou que os onze municípios estavam neste processo!? Porque, foi desmentido pela Assembleia Municipal de Estarreja, claramente disse não à atribuição de novas competências na área da Educação. Foi desmentido pela Assembleia Municipal de Águeda que disse o mesmo, apesar de incompreensivelmente a Câmara continuar dentro do processo. E por isso mesmo entendemos que deve haver muito cuidado nas tomadas de posição. E se a CIRA tem legitimidade para tomada de posição no seu âmbito específico, não tem legitimidade para se pronunciar em nome dos onze municípios. Por muito que os seus presidentes estejam de acordo com o processo. Tenho dito.”

(Deu entrada na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira.)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁷

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁰⁸

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Obrigado Senhor Presidente. Serei telegráfico. Na viagem para Aveiro fui surpreendido pela morte de José Mariano Gago. E entendo que se justifica uma evocação nesta Assembleia. Penitenciando-me, obviamente, pela impossibilidade que tive de redigir uma saudação mais cuidada.

Mas é sabido que Mariano Gago foi um homem que sonhou um país moderno e desempoeirado — pena é que tantas vezes o tenha feito de forma desacompanhada. Mas cujo percurso público está indissociavelmente ligado a Aveiro.

O Senhor Vereador Eduardo Feio fez o favor de me emprestar um dos Boletins de Aveiro, onde manifestamente se vê o Ministro Mariano Gago lançar o programa Aveiro Cidade Digital. Lançando todo o conjunto Cidades Digitais em Aveiro e enaltecendo o papel que Aveiro tinha e reconhecendo (perdoem-me a redundância) um homem de

visão, vendo o potencial que Aveiro tinha e tem, obviamente, com a feliz expressão «Cidade Digital de Aveiro, Antecipar o Novo Milénio» – isto no final da década de noventa.

Portanto, não querendo tomar mais do que este período porque os meus colegas de bancada irão abordar outros temas, eu permitia-me sugerir à Câmara Municipal que encontra-se uma forma de homenagear, devidamente, a figura de pública de José Mariano Gago. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[010](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[011](#)

Vogal Anabela Saraiva (PS)[012](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[013](#)

Vogal Seíça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados. Queria apenas aqui apresentar três questões que são as seguintes. O estacionamento para residentes nas várias zonas da cidade, implementado pela Câmara, têm-se deparado com problemas nas próprias zonas de estacionamento. Que é o facto de continuarem a estacionarem lá pessoas que não são residentes as viaturas. Não sendo mais papista que o papa, as pessoas têm os seus cartões e gostam de os usar o seu espaço no seu próprio proveito. Eu pergunto porque é que não há uma ação de policiamento para que as pessoas possam manter o estacionamento para o qual pagaram antecipadamente.

Gostaria de chamar a atenção para a falta de sinalização para peões na Avenida Artur Ravara. Há lá uma passadeira quase junto ao Hospital, mas depois temos aquelas lombas que não são adequadas. As pessoas queixam-se por causa dos altos e baixos, mesmo assim ao contrário do que o senhor presidente disse que as ambulâncias tinham uns amortecedores, as pessoas que vão nas ambulâncias dizem que sentem aquelas mudanças de piso. E suponho eu que serão essas tais lombas as passagem para peões. Só que elas não estão sinalizadas. Não são! Pronto, algumas pessoas pensam que são. De qualquer das maneiras é necessário ali uma sinalização porque aquilo é uma zona de muito movimento e é um perigo para as pessoas poderem passar.

Finalmente um tema que me é muito caro, que é o juízo de comércio de Aveiro. Como o Senhor Presidente tomou em mãos esse problema eu gostaria de saber se por acaso tem alguma notícia, se há algum desenvolvimento deste problema, porque eu creio que em Aveiro cidade existem sítios onde se podem localizar o juízo de comércio evitando desse modo que as pessoas tenham de se deslocar para Anadia.

Nada tenho contra Anadia, nada tenho contra os funcionários, nada tenho contra os juízes e contra os advogados muito menos e muito menos contra as pessoas. Eu penso é que é minha obrigação defender as pessoas e fazer que este serviço que é tão importante venha para Aveiro.

Eu dava uma sugestão Senhor Presidente, se me é permito, porque não utilizar as antigas instalações dos serviços municipalizados? É uma sugestão minha não sei se é viável ou não. É tudo por agora.”

Vogal Jorge Arroiteia (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, e excelentíssima vereação. Em dia de sessão ordinária da nossa Assembleia, permitam-me que evoque o Calendário Histórico de Aveiro de António

Christo e João Gonçalves Gaspar, a data de 17 de Abril de 1855, quando principiou o lance de estrada de Aveiro à Gafanha, depois continuada até ao Forte da Barra, tendo a obra ficado toda completa em 30 de Abril de 1861.

Com esta efeméride quero recordar um dos passos decisivos encetado pelo Concelho de Aveiro, para quebrar o isolamento da Cidade e da sua região abrindo-a ao contacto com as populações próximas e mais vizinhas que à data de estavam a fortalecer.

Contudo a quebra dessa insularidade só foi alcançada com a construção da linha férrea do norte em 1864 e a abertura do ramal do Vouga em 1893.

Depois das linhas de caminho-de-ferro foram os acessos rodoviários e também portuários (estes a partir da segunda metade do século passado) que permitiram à cidade e à sua região o crescimento que hoje lhe conhecemos.

Serve-me tal reflexão para trazer a V. Exa Senhor Presidente da Assembleia, pedindo-lhe que me autorize a oferta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro de um trabalho de análise geográfica sobre a nossa autarquia “Município de Aveiro: Vademecum Geográfico”.

Este ensaio dá seguimento a outros estudos sobre a Cidade, a Universidade, e esta nossa região lagunar. A sua entrega neste tempo e lugar, pretende tão-somente evocar as reflexões sugeridas pelas participações nos trabalhos da Assembleia Municipal de Aveiro, a cordialidade dos seus presidentes Carlos Candal, Regina Bastos, Capão Filipe, Nogueira Leite. E acima de tudo homenagear o interesse dos membros deste órgão em relação ao bem-estar da população do município de Aveiro. Um bem-haja a todos os que prosseguem estes objetivos e confiam no Poder Local para a consecução de tais desígnios — vai o nosso profundo agradecimento.

Ontem como hoje, o município para se afirmar e desenvolver precisa da colaboração de todos e da cooperação intermunicipal firmada no âmbito da equidade intermunicipal da região de Aveiro.

Aproveitava igualmente, porque esta também era minha intenção, subscrever as palavras aqui proferidas pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão e corroboradas pelo nosso Presidente, a propósito do falecimento do Professor José Mariano Gago. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁶

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁸

“Neste período de antes da ordem do dia, não queria deixar passar sem referir dois ou três assuntos que tendo alguma correlação com o município ou com Aveiro, merecem da minha parte, da parte da bancada, que sejam abordados num período aparte.

Não podíamos deixar de referir mais um feito do Diogo Carvalho, nadador do Clube Galitos, que mais uma vez conseguiu o apuramento para os Jogos Olímpicos a realizar no próximo ano no Brasil. Mais uma vez um nadador Aveirense do nosso Galitos eleva a bandeira de Portugal bem alto.

Querida também referir-me aqui ao contrato assinado entre a Câmara Municipal de Aveiro e os Bombeiros de Aveiro. Refiro-me aqui a este contrato por ele ter permitido que uma das corporações da nossa cidade continuasse de portas abertas. A urgência da assinatura do mesmo permitiu que Aveiro continuasse a ter duas corporações de Bombeiros Voluntários a prestarem serviços e bons serviços aos Aveirenses e apoiando em alturas de catástrofes, como os incêndios outras localidades. Por esse motivo esta bancada não pode deixar de assinalar neste hemiciclo tal assinatura de contrato e de

obrigações entre a Camara Municipal de Aveiro e as duas Corporações de Bombeiros do concelho.

Queriam-me também referir ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Sobre a alteração da composição do Conselho de Administração do mesmo.

A bancada do PSD quer deixar claro que nada tem, nem quer ter, a ver com a composição ou alteração do mesmo. Para esta bancada o importante é que o Estado altere a importância da referência do mesmo e que principalmente a urgência do nosso hospital seja mais capaz, e seja capaz de em tempo útil resolver os problemas agudos que levam os cidadãos da região de Aveiro à urgência do mesmo. Que os cidadãos da Região de Aveiro quando recorrem à urgência do hospital não se vejam empurrados para os hospitais de Coimbra.

É necessário dotar a urgência do nosso hospital de mais valências e de mais tempo de algumas outras valências para que a urgência não seja uma rotunda com direção aos hospitais de Coimbra.

A quem saiu deixar os votos de despedida desejando a todos um bom futuro, e quem entra desejos de ser capaz de melhorar o atendimento no Centro Hospitalar de Aveiro a todos que a ele se dirigem,

A todos nós, cabe criar uma boa ambiência de trabalho ao Conselho de Administração e aos seus profissionais para que estes possam servir bem os utentes da Região de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[019](#)

“Boa noite, Sr. Presidente. Permitam-me tratar de duas ou três questões que respeitam a este ponto; todas as outras tratarei no ponto de informações, porque a maior parte delas respeitam a esse ponto. Mas permitam-me duas notas prévias, minhas. A primeira, chamar a atenção, porque seguramente vai ter muito eco nos próximos dias, para o debate e a decisão que ontem o Comité das Regiões tomou, em Bruxelas, e que eu tive o gosto em participar, sobre o Plano Juncker. A Europa está numa fase decisiva. O Plano Juncker está a ter muitas dificuldades em passar no Parlamento Europeu. Ontem foi muito importante, num trabalho muito difícil, como sabemos não há nenhum partido com maioria absoluta no Parlamento Europeu e isso é também transposto para o Comité das Regiões. Portanto, a construção das decisões é bem mais complexa e mais exigente em termos de negociações. Mas tomámos ontem, depois de um longo debate e da aprovação de cento e quarente propostas de alteração ao relatório feito por um colega do Partido Socialista Europeu, uma decisão importante no sentido de chamar a atenção para a necessidade da sustentabilidade do Plano Juncker, para a necessidade do Plano cuidar dos interesses e dos equilíbrios entre os municípios e as regiões europeias, e também de uma discussão que está a causar muito dano a este processo que é a forma como se vão dar garantias reais aos investidores privados que vão capitalizar parte do Fundo Juncker, dado que uma das teses que existe pode ser gravemente prejudicial a países como Portugal, nomeadamente a teses de utilização dos cento e setenta mil milhões de euros do Horizonte 2020 e do Community European Facilities que é o programa dos Transportes e da Mobilidade Europeia. É um dossier da maior importância para a União Europeia, é um dossier da maior importância para Portugal. Portanto, deixar apenas este alerta desta participação no Comité das Regiões que, no fundo, nos representa a nós todos, aos poderes locais e regionais da nossa União, e toda a atenção na construção desse processo, onde ele está e onde tem sede, nos órgãos da União e Parlamento Europeu, e que terminará com uma sessão no Conselho, dada a sua importância. Num momento em que a Europa vive situações da

maior delicadeza e complexidade, desde as tensões gregas às tensões inglesas, e depois as tensões militares e humanitárias que se estendem da Ucrânia até à bacia do Mediterrâneo onde vemos gente a morrer todos os dias pelo desejo de vir viver para a Europa. É, de facto, um momento da maior complexidade e exigência. Esperemos que todos nós, cidadãos europeus e os nossos líderes, saibamos dar contributo para o momento que exige radicalidade, exige decisões, e não aquilo que a Europa tem vindo a fazer nos últimos tempos que é empurrar para a frente, estando provado que não é o tempo que vai resolver problemas tão complexos.

Em segundo lugar, partilhar convosco a alegria que tive, há pouco, quando passei em Lisboa, em ir receber o prémio de boas práticas da rede de bibliotecas públicas da Região de Aveiro. Fomos premiados, ficámos em primeiro lugar, fomos o projeto escolhido de um conjunto de projetos nacionais, um projeto que já leva desenvolvimento há quatro anos, e que marca bem essa atenção de outras dimensões; e essa capacidade de crescermos juntos numa área que é muito importante, embora pouco falada, que é esta área da cultura, neste caso específico, do funcionamento e do trabalho das nossas bibliotecas municipais. Tive o maior gosto, ainda por cima numa iniciativa que integrou o programa dessa ação extraordinária, o chamado “Lugar da Cultura”, que decorreu nos últimos quatro dias no Centro Cultural de Belém; e foi com muito gosto que recebi, das mãos do Secretário de Estado da Cultura, esse prémio, em nome dos onze municípios da Região de Aveiro, nesta área tão importante da gestão das nossas bibliotecas. Que isto também seja um estímulo adicional para que os nossos concidadãos utilizem ainda mais as bibliotecas da nossa rede pública e que têm serviços aos dispor nos onze municípios da nossa Região.

Duas ou três notas em relação àquilo que foi dito. Dr. Jorge Nascimento, eu voltarei à questão do IMI no que respeita ao nosso município, mas apenas duas ou três notas no que respeita à questão nacional. Aquilo que foi anunciado pelo Governo, salvo em erro foi na segunda-feira desta semana, é algo que eu já aqui disse várias vezes. O Governo anunciou a abertura do processo nacional de revisão dos coeficientes de localização, por quem tem que o fazer, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, embora apenas relembre que o fiz aqui há muito tempo, há muitos meses, porque essa foi uma solicitação da ANMP em sede das negociações do acordo sobre o Fundo de Apoio Municipal, que integrou também a Lei dos Compromissos e várias outras matérias, precisamente porque em dois mil e doze não tinha havido a revisão ordinária. E não tinha havido porquê? Argumento que o Governo usou e que a mim me parece absolutamente sensato, porque decorria, nesse tempo, o processo de revisão das matrizes prediais não reavaliadas e, portanto, entendeu o Governo, na minha opinião bem, que esses dois processos não podiam viver em sobreposição. E assumiu esse compromisso, nas reuniões que teve com a ANMP, na última das quais quando fechámos o acordo pela mão da sua maior responsável do Ministério das Finanças, pela sua própria máxima responsável, a ministra Maria Luís Albuquerque. O que tem havido é uma pressão muito forte da ANMP e de muitos municípios, incluindo Aveiro, para que o processo se execute. Esta notícia é uma boa notícia, antes tarde do que nunca, como diz o outro.

Deixar claro que, finalmente, o Governo assumiu que o processo está para arrancar à escala nacional. Uma outra questão importantíssima, que é uma luta que já tem vários anos mas que não foi possível cumpri-la por força daquilo que está determinado no memorando com a Troika, é exatamente, àquilo que respeita à revisão de alguns aspetos da lei, ela própria, nomeadamente um aspecto que se critica neste mundo novo em que vivemos, em que a imobiliária está desvalorizada, que os mercados a desvalorizaram e que os mecanismos da lei ainda não se atualizaram a este nova

realidade, portanto não estavam reunidas as condições por força do memorando da Troika. Relembro a própria revisão das matrizes foi feita por determinação do memorando que assinámos com a Troika. Estamos livres da Troika há meia dúzia de meses e esse processo só poderia seguir na fase em que estamos. Obviamente que temos todos consciência que há algumas leis que a fase pré-eleitoral não costuma ser propícia a que haja reformas. Portanto, estas são as perspectivas à escala nacional, com a certeza absoluta que voltarei a esta matéria para falar sobre a nossa realidade, a forma como a temos gerido, o trabalho que está feito, e a forma como perspetivamos gerir esta circunstância da revisão dos coeficientes de localização.

Dr. Filipe Neto Brandão permita-me subscrever a nota de memória e de saudação da vida à vida de Mariano Gago. Obviamente que procuraremos encontrar essa forma de homenagear que nos sugeriu.

Subscrever a intervenção do Paulo Marques e do Manuel Prior de saudação e desejo de um bom trabalho à nova administração do Centro Hospitalar e boa vida àqueles que o serviram, agradecendo o trabalho que fizeram em todas as suas dimensões. Quando nos despedimos das pessoas sempre realçamos a parte boa que o seu trabalho partilhou com todos nós.

Sr. Presidente Fernando Marques. A questão das farmácias é uma questão muito complexa. Depois podemos falá-la com pormenor. É uma luta muito antiga; eu não diria que a ANMP desistiu dessa luta com o Ministério da Saúde, porque a ANMP não desiste de lutas, mas sinceramente retirou-a da prioridade porque o Governo, por pressão da Associação Nacional de Farmácias, decidiu, eu não vou dizer retirar os municípios do processo, mas posso dizer com clareza, diminuir muitíssimo a importância que noutros tempos os municípios tinham na decisão em matérias como esta. A matéria é pertinente e aquilo que disse. Eu olho sempre para o todo do município, embora depois tenhamos que olhar para a concentração populacional e para a relação de proximidade, mas este é um dossier que é preciso retomá-lo a este nível porque esta não é uma questão apenas do nosso município, esta é uma questão das regras que, em termos nacionais, estão assumidas e que dão, de facto, um espaço muito grande de autonomia, quase absoluto, às farmácias para fazerem aquilo que entendem por bem. Mas é uma matéria absolutamente pertinente. Fico com o compromisso, nos fóruns em que tenha influência, nomeadamente no âmbito da ANMP, de poder tratar esta importante matéria.

Professor Jorge Arroiteia muito obrigado. Estou a agradecer sem ver porque depósito em V. Exa as mais fundadas esperanças. Portanto, agradeço sem ver, e seguramente que teremos um instrumento para aumentar o nosso conhecimento e quem sabe também para nos ajudar a pensar no futuro da nossa região, muitas vezes olhando a coisas notáveis e revolucionárias que se fizeram noutros tempos e que possam ajudar-nos a abordar com coragem e com esse sentido também revolucionário, nalguns aspetos, a questão da nossa cidade e do nosso município, mas também no todo da nossa região, sabendo que vamos continuar a ter a Ria a unir-nos e o mar a ter um papel de referência particularmente importante e particularmente relevante.

Marques Pereira, partilhar só duas ou três notas naquilo que respeita às questões mais nacionais e europeias, deixando para depois as coisas mais municipais, no que respeita ao Portugal2020 e às questões que colocou.

Há duas questões que são muito complicadas de gerir neste processo, que foram para o Governo na negociação com a Comissão Europeia e são agora quando as questões chegam à aplicação no terreno. Elas têm a ver, basicamente com as dotações financeiras e as regras para financiar o que nós costumamos chamar de tipologias de investimento mais tradicionalmente lideradas pelas câmaras municipais. São o quê?

São a área da educação, a área da cultura, a área da ação social, a área das zonas industriais, as áreas de acolhimento empresarial, dos parques de ciência e tecnologia.

Estas áreas, no Portugal 2020, têm muito menos recursos financeiros disponíveis do que tiveram em quadros anteriores, isto é globalmente compreensível que fosse menos mas a questão que se coloca é que nalgumas das tipologias as verbas são, de facto, excessivamente diminutas, e eu destaco sempre a área da educação onde os valores são, eu gosto de usar palavras fortes mas não as vou usar, excessivamente baixos. Qual é então a grande questão? A questão é que a Comissão Europeia tinha dito a Portugal que nem mais um tostão para um conjunto de coisas. E uma das matérias do nem mais um tostão foi exatamente a matéria da educação. E porquê? Porque Portugal, na estatística, tem performances excessivas em relação à média europeia. A Europa é muito gerida pelos dados estatísticos, os eurocratas são muito pouco conhecedores da realidade diversa no terreno e governam por estatísticas, infelizmente a eurocracia tem um excessivo poder político na gestão da União Europeia, por fragilidade dos dirigentes europeus, e criam, de facto, problemas complicados.

Não é aceitável que a seguir ao zero que a Comissão Europeia deu ao Governo português, a luta do Governo tenha dado uma exceção de apenas trezentos milhões de euros para toda a área da educação!?

Estamos a falar do pré-escolar ao ensino superior no que respeita a qualificações de natureza física. Isto não faz qualquer sentido. O que é que se passa? Passa-se que Portugal a este nível foi sancionado por asneiras do passado. As loucuras absurdas que o país andou a fazer, nomeadamente nessa empresa chamada Parque Escolar, estragaram-nos a estatística. De facto, quando um eurocrata, hoje, olha para a estatística vê que para Portugal nem mais um tostão para escolas porque usando as regras métricas da eurocracia, nomeadamente o investimento por habitante, nós estamos com valores muito acima do que aquilo que tem acontecido noutros países europeus, nós, nossos parceiros europeus.

São, como sabemos, leituras admissíveis mas que depois transpostas para a realidade de pormenor, no terreno, têm um desfazamento enorme entre a bondade estatística e a realidade do terreno.

Mais... a Comissão Europeia exigiu uma outra coisa que é um novo palavrão da gestão dos fundos comunitários pronunciado como mapeamento. O mapeamento é algo que nos a ter que decidir já, aliás a Comissão Europeia exigiu ao Governo que o quadro de investimentos a realizar nestas áreas de exceção estivesse integrado nos programas operacionais; o que é uma coisa inacreditável. O Governo conseguiu que assim não fosse, mas que a exigência mantida pela Comissão fora a de que essas matérias fossem definidas ad início na execução dos programas operacionais respetivos. Basicamente era que estas matérias estivessem debaixo da alçada dos programas operacionais regionais. E o que é que temos? Temos que por região NUT II que nos entender sobre as tipologias, sobre que projetos é que vamos realizar em cada uma destas tipologias, e depois tentá-los engavetar em gavetas que têm muito pouco dinheiro. Não vou dizer que estamos num exercício impossível mas estamos num exercício muito difícil. Agravado por quê? Agravado com uma outra questão. É que para algumas destas tipologias há uma decisão que se tem que tomar e que é particularmente complexa. Se formos para dentro das chamadas ITIs, das chamadas Iniciativas Tradicionais Integradas, no fundo do novo mecanismo de contratualização não podemos nalgumas delas ir fora, a educação é uma dessas; há outras tipologias em que mesmo colocadas dentro das ITIs também poderemos ir fora. E aí há uma leitura complexa. Temos que ler o que é que as outras CIM estão a fazer, qual é o jogo com melhor probabilidade de resultar, porque é de probabilidade que estamos a falar, para podermos fazer este exercício. No entanto,

há uma decisão que eu próprio propus ao Conselho Diretivo da ANMP desta semana, e que foi aceite, no sentido dos municípios terem, primeiro, que concertar posições em cada NUT III e depois concertá-las com o Governo à escala de cada NUT II, e que demonstrassem, nomeadamente nas tipologias prioritárias, de que a educação é a primeira, que as dotações são excessivamente pequenas. Uma das conclusões que tirámos no Congresso da ANMP de solicitação ao Governo e à Comissão Europeia foi a imediata reprogramação do Portugal2020, porque a necessidade objetiva que os nossos territórios têm é marcadamente superior, não é muito superior, mas é marcadamente superior àquilo que são as dotações. Por exemplo, na região norte do país isto é muito menos relevante porque cerca de metade dos trezentos milhões estão para a região norte, mas a dotação da região centro que tem quase vinte municípios a mais que a região norte é menos de metade daquilo que tem a região norte e a necessidade é superior, e o exercício, obviamente, fica muito difícil. Portanto, a perspectiva é de nas nossas propostas criarmos esse espaço de pressão formal de demonstração de necessidade maior.

Sr. Dr, é este exercício complexo que estamos a fazer. Temos que apresentar os pactos, se não houver prorrogação de prazo, até ao próximo dia sete de maio. O exercício é um exercício provisional sem negociação prévia; ao contrário do que estava determinado na versão prévia do aviso do concurso, tinha integrado na construção dos pactos o processo de negociação, mas na versão final retiraram.

Portanto, nós temos que fazer o exercício provisional com todos os riscos, apresentá-lo a sete de maio e só depois desse exercício validado é que começa a negociação formal com cada um dos programas operacionais. E é aí que as contas e todas as negociações se vão fazer. Este é o quadro global no qual estamos a trabalhar em termos nacionais, particularmente exigente e complexo, repito, nas tipologias tradicionais. Onde há muito mais dinheiro do que houve nos quadros anteriores são em outras tipologias, desde o desenvolvimento urbano à antiga reabilitação urbana que tem muito mais dinheiro que teve o QREN, até as tipologias ligadas às ações imateriais, nomeadamente todas aquelas que são contribuintes diretas para a coesão social, com espaço muito prioritário, assumido, para as questões da empregabilidade e do combate à exclusão social e ao abandono escolar.

Aí sim, as dotações são muito maiores do que as que tivemos até aqui e, obviamente, os municípios têm que se dirigir também mais para essa nova frente, embora entendamos que a outra frente tem ainda muito para fazer. E infelizmente o nosso município é, nesta área, recordista, já que o nosso nível de carência nas tipologias tradicionais é excessivamente grande.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 03FEV15 a 13ABR15.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia⁰²⁰deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só duas notas que eu destaco nesta nota prévia sobre a informação municipal. A nota primeira tem que ser para o Programa de Ajustamento Municipal que a Câmara Municipal aprovou no passado dia trinta e um de março e que no dia um de abril enviámos para a Direção do Fundo e que agora está na fase das interações formais com o Fundo, já que foram muitas as informais, entre final de novembro e final de março; agora é o tempo das interações formais. Esperemos, e estão a correr com alguma intensidade, que elas corram bem e depressa, e que possamos ter este processo terminado nessa fase para voltar à Câmara, para vir à Assembleia Municipal e depois para seguir para visto do Tribunal de Contas e a seguir entrarmos em execução.

O programa foi elaborado ao longo de todo este tempo, eu diria que começámos a elaborá-lo em outubro de dois mil e treze. A componente da reforma organizacional é particularmente importante até por força da necessidade da extinção, da dissolução e da internalização das nossas empresas municipais. O programa é um programa total daquilo que é a reforma organizacional e financeira da nossa Câmara Municipal e do universo das entidades municipais.

Já temos falado aqui muito sobre ele e vamos continuar seguramente a falar até à discussão principal que será a discussão formal, mas entendemos que nesta fase a Assembleia Municipal devia conhecer e acompanhar o ponto de situação do programa, que tem a ver com a primeira nota formal que surgiu da deliberação de Câmara de trinta e um de março.

E com esta certeza absoluta: fizemos um programa realista, sustentável, com muita racionalidade no que respeita à despesa e no que respeita à receita, com uma lógica de nos defendermos de uma monitorização que possa ter como resultado uma justaposição o mais possível daquilo que está num documento que é previsional àquilo que venha a ser a execução desse documento previsional, e, obviamente, não repetirmos o erro dramático do Plano de Saneamento Financeiro, que também o abordaremos cá, de completo fracasso naquilo que foram os seus objetivos de sanear financeiramente a nossa Câmara Municipal. A doença que temos, em termos de organização e em termos financeiros, tem este Programa para a curar.

Um Programa exigente, que garante uma capacidade de investimento, eu diria, boa no quadro em que estamos a operar; que garante o cumprimento dos serviços públicos essenciais com níveis de qualidade altos; nós não podemos, obviamente, aceitar. Nem a própria lei aceita que um município em reestruturação financeira não tenha capacidade de cumprir os serviços públicos essenciais (e não podemos só cumprir) temos de cumprir com parâmetros de qualidade elevada — e essa componente está absolutamente garantida.

É evidente que nós temos dito, e vamos repetir - este é um Programa do Município de Aveiro, a participação de toda a gente é absolutamente importante, e a importância que o Programa tem é total.

Nós vamos conseguir com o Programa pagar a quem devemos, e devemos a mais de mil empresas, a maior parte delas empresas do nosso Município; devemos milhões de euros a várias Associações e IPSSs, todas do nosso Município; temos incumprimentos muito graves, únicos à escala nacional, comas nossas Juntas de Freguesia.

Há de facto um passivo que tem que ser posto na ordem. E pondo na ordem essa ordem vai criar indução positiva na economia municipal, também noutras escalas fora do município, porque sabemos bem que temos outras entidades a quem devemos fora do município, e vai capacitar instituições que são muito importantes para a nossa vida,

empresas, associações, IPSSs, Juntas de Freguesia e, obviamente, a primeira a ser capacitada é a própria Câmara Municipal.

Este é um exercício da maior importância para que nós possamos ser parte de uma indução de capacidade e de atividade para o Município e seguramente que está aí uma componente crucial porque o dano financeiro que a Câmara tem é um dano que não é só seu. Por força do montante exagerado da sua dívida, cento e cinquenta milhões de euros, arredondando as contas, nós criámos dano a muitas outras entidades e isso é, obviamente, profundamente negativo e tem um efeito negativo multiplicador. O Programa tem essa capacidade e essa é uma vantagem enorme, além de termos garantido uma capacidade, repito, de investimento no que respeita aos investimentos que não usam fundos comunitários, ou que não podem usar; em relação àqueles que vão poder usar temos, dentro do nosso programa, essa capacidade guardada para podermos seguir em frente. A lógica é uma lógica de exigência, na certeza de que as muitas medidas que já fomos tomando sobre a despesa e sobre a receita já vão dando os seus frutos e que foram, e são, muito importantes para os nossos créditos junto do Fundo e junto da banca com quem já acordámos, estamos agora também no tratamento formal, a reprogramação dos empréstimos, nomeadamente aqueles empréstimos que têm menos anos pela frente e custos mais altos ao nível das taxas de juro que temos para cumprir.

É muito importante que nós tenhamos a consciência que, no que respeita à receita, temos uma intervenção obrigatória em cima do IMI, voltarei a esta questão quando abordar a questão que o Dr. Jorge Nascimento colocou, num exercício em que temos que aumentar o nosso IMI para a taxa máxima, mas entendemos que temos que resolver um problema dos coeficientes de localização porque eles estão completamente errados, são muito altos e estão absolutamente desestruturados. Voltarei a esta matéria. Na receita esta é a nossa única obrigação. Embora relembro que isso também nos permitiu acabar com a taxa de proteção civil que todos os nossos cidadãos pagavam, nomeadamente os não proprietários, os inquilinos, todos pagavam taxa de proteção civil, e acabar com a taxa turística para as nossas empresas hoteleiras e para os nossos operadores marítimo-turísticos, colocando as questões bem tratadas com esses e com tantos outros nossos concessionários que, em regra, não pagavam as suas obrigações perante a Câmara.

Podemos dar testemunho de que já quase todos estão a cumprir as suas obrigações perante a Câmara; isso é uma receita que não é, muito grande mas que é um bom contributo para a estrutura da nossa receita e para o tratamento justo em relação a todas as entidades com quem a Câmara se relaciona para que haja equilíbrio. Existindo esse equilíbrio, havendo o contributo de toda a gente, criaremos condições para que quem paga mais, para quem tem mais ónus, possa vir a ser desonerado, e quem anda a fugir, ainda temos gente que anda a fugir porque nós temos boas casas em Aveiro que pagam zero de IMI, zero mesmo. Entendemos criar condições de equilíbrio e de justiça entre toda a gente, e em regra quem não paga é muitas vezes quem mais possibilidades tem de pagar. É um trabalho tranquilo, justo, em que todos nós temos, de facto, um contributo para dar. É isto que está no programa, esperamos o seu desenvolvimento das interações com o Fundo de Apoio Municipal.

Gostava de referenciar também, nesta nota introdutória, a Feira de Março na sua perspectiva positiva, depois voltarei à questão colocada pelo Marques Pereira.

Temos uma grande Feira de Março, está a correr muito bem; tenho imensa pena de hoje não estar a ouvir a Carminho, mas tenho o maior gosto em estar aqui a trabalhar com os colegas. A aposta que fazemos na Feira de Março é uma aposta de credibilização, de soma de inovação à sua boa tradição, de transparência e rigor na

sua gestão, e de procurarmos gerir bem uma situação muito delicada que é a situação de alteração da titularidade da sua gestão que continua este ano, e esperemos que definitivamente pelo último ano, na mão da nossa empresa municipal AveiroExpo. Queremos passá-la para a mão de uma outra entidade que não tenha os problemas com as suas próprias finanças e com a lei, como tem a empresa AveiroExpo. Também sobre isto, nos próximos pontos, falaremos sobre a matéria. A Feira de Março dois mil e quinze é, de facto, um sucesso, agora que nos apostamos a entrar na sua última semana. Tem corrido muito bem e isso é mérito da organização, das trezentas empresas que lhe dão vida, mas, essencialmente, dos nossos concidadãos que têm o bom gosto de escolher a Feira de Março para passarem algum do seu tempo de lazer e de convívio. É minha convicção de que aquilo que correu bem, desde o dia vinte e cinco de março, vai continuar a correr até ao fim, obviamente que anotando um conjunto de aprendizagens para que a edição de dois mil e dezasseis seja ainda muito melhor.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Senhor Presidente, Srs. Deputados. Anexo aos documentos da Assembleia o PCP teve acesso pela primeira vez, há apenas quatro dias, à primeira versão do Plano de Ajustamento Municipal aprovado pela Câmara. Cento e sessenta páginas de plano mais cem páginas de anexos — uma tarefa que não é fácil de resolver em quatro dias. Por isso, para além das posições políticas de carácter mais geral já expressadas pelo PCP contrárias ao PAM, não deixaremos de tomar posição em concreto sobre o conteúdo o que acontecerá seguramente em breve.

De qualquer forma tomamos nota da adjectivação aqui hoje utilizada pelo senhor Presidente, e não deixaremos de a confrontar com o conteúdo concreto do plano. E desde já deixamos aqui uma dúvida: se os frutos que o senhor Presidente falou são de facto resultado das medidas já tomadas no plano das Receitas ou das Despesa ou não serão apenas por conta dos adiantamentos feitos por conta do PAM dos vários milhões que já entraram nas Contas municipais.

De qualquer forma eu queria deixar desde já uma reflexão de uma interrogação sobre o processo de certificação.

Diz o documento da entidade certificadora que a responsabilidade dessa empresa consiste na emissão de uma certificação expressando opinião geral sobre o seu conteúdo, em especial no que respeita a sua sustentabilidade, às variáveis subjacentes às estimativas realizadas e ainda à exequibilidade dos objetivos de redução da dívida.

Portanto é obrigação da entidade certificar na base disto. E acho espantoso que o parecer positivo da entidade é dado da seguinte forma “traduz-se numa opinião favorável ao mesmo em virtude de não dispormos de qualquer dado ou informação que ponha em causa a sustentação do seu conteúdo, especialmente no que respeita à suscetibilidade, etc, etc.

Quer dizer, uma certificação que é feita não porque foram vistos os dados e os elementos e se esteve de acordo com os dados e elementos, mas que é dada porque não tem informações que ponha em causa a sustentação. Isto parece-me do meu ponto de vista um paradoxo.

Uma certificação nunca deveria ser pela negativa, por não ter informações, mas dizendo que tem informações e que é sustentável, que tem informações de que é viável. E portanto isso não foi feito. A entidade que aprova esta documentação dirá de sua justiça, mas sinceramente não me parece este o caminho que se deva ter num processo deste tipo.

Também dizer senhor Presidente que, acredite, se for ver as actas poderá confirmar, que o tipo de argumentos que utilizou para defender e justificar as propostas que nos fez chegar são em tudo semelhantes àquelas que foram utilizadas para justificar o Plano de Saneamento Financeiro que agora se considera fracassado.

Portanto não basta dizer que vai ser. Nós temos muitas dúvidas que o seja e terá de ser demonstrado pela prática. Não estejamos nós daqui a uns anos, tal como agora estamos, passados 50 milhões de aumentos da dívida, com os problemas ainda por resolver. Em relação ao PAM tenho dito.

Não me resta muito mais tempo. É este o drama de um deputado municipal que não viu acolhida pela Assembleia as propostas no sentido de ter mais tempo para intervir, direi apenas que no que diz respeito ao processo do empreendedorismo o pré-escolar.

A Câmara vangloria-se dum programa de empreendedorismo no ensino pré-escolar. A nossa pergunta é se a Câmara sabe se todas as crianças do concelho chegam à escola com o pequeno-almoço tomado? E se não será essa prioridade a resolver em vez de formar empreendedores no primeiro ciclo.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite. Sr. Presidente, Sr. Presidente CMA, Srs. Vereadores, Senhores deputados. Entre 2011 e 2013 Aveiro perdeu população residente, cerca de 1220 pessoas.

Lamentamos que Aveiro seja um concelho onde para muitos já não é possível viver. Assim foi em muito pela emigração forçada pela austeridade deste Governo. Mas agora vemo-nos na iminência de uma segunda vaga de austeridade sobre a população através do Fundo de Apoio Municipal.

Os efeitos já se fazem sentir no IMI. O governo PSD/CDS-PP aumentou o valor cobrado deste imposto. O executivo municipal PSD/CDS-PP aprofunda o esbulho fiscal e aumenta a taxa de IMI. Na soma temos um aumento de IMI avassalador, injusto, e in comportável.

Disse Ribau Esteves que nenhum partido deu contributos para o FAM!? Não é verdade. O Bloco de Esquerda apresentou a única proposta que esta Assembleia Municipal votou sobre o FAM. Rejeitamos o caminho da austeridade, rejeitamos este aumento de IMI. E em coerência fizemos entre outras propostas na Assembleia da República a que não houvesse aumento de IMI este ano. Há alternativa.

Sejamos bastante claros. O aumento drástico de IMI em Aveiro é uma opção política de Ribau Esteves. É aliás uma medida que implementa antecipadamente para não coincidir com o ano de eleições autárquicas.

Quem detém uma casa para habitar é esmifrado com impostos e muitas vezes pelos custos do empréstimo. A banca que detém casas para especulação, tem isenção de metade do IMI!? Aqui tem os que não pagam IMI e deveriam pagar e que são os que mais podem pagar.

A situação social agravou-se. O desemprego aumentou. Os salários e as pensões diminuíram. E ao mesmo tempo os impostos aumentam nomeadamente o IMI. Desafiamos aqui a Câmara Municipal a uma medida da maior justiça social: reponha o IMI a uma taxa mais baixa, não ataque ainda mais quem vive em Aveiro.

Ainda em relação ao FAM preocupa-nos o aumento de outros impostos e taxas. Rejeitamos os despedimentos. Rejeitamos também as concessões previstas nomeadamente na área dos transportes. E sobre esta matéria desenvolveremos no ponto relativo à MoveAveiro.

O FAM é um caminho errado. É o caminho da austeridade que já provou ser um

problema e não uma solução. O FAM é sinónimo de degradação dos serviços, de rombo fiscal, de romper a coesão da comunidade.

Quero ainda abordar outra questão. O despejo de sete famílias nos bairros sociais.

Pelo que sabemos são situações sociais complicadas que não se resolvem com despejos. Muito pelo contrário, o despejo agrava a situação.

Destas sete famílias cinco são por rendas em atraso. Sr. Presidente, se estas famílias não conseguiam pagar a renda num bairro social como o vão conseguir fazer no mercado de arrendamento? Que será destas famílias?

A nossa preocupação é tanto maior já que estes processos de despejos foram iniciados ainda antes da entrada em vigor do novo regulamento da Habitação Social.

O novo regulamento vai provocar aumentos das rendas e vai facilitar os despejos. Portanto, se a insensibilidade social do executivo PSD/CDS-PP é esta, temos todos os motivos para temer o futuro.

O Bloco de Esquerda tem conhecimentos de aumentos de rendas nos bairros sociais em Aveiro de 500%. Repito de 500%!? E como sabemos muitos dos moradores são idosos. Esta não é uma política social. Pergunto a este executivo se considera que agravar as condições económicas dos mais frágeis e vulneráveis é solução? Pergunto ainda se os despejos nestas situações são solução? Para o Bloco de Esquerda não são solução. São dois novos problemas.

Pergunto também qual o número de fogos sociais, da Câmara e do IHRU, que estão atualmente vagos em Aveiro e quantas famílias aguardam por resposta ao seu pedido de habitação social.

E seja também concreto: para quando as obras necessárias para a reabilitação destes bairros, nomeadamente da canalização do Bairro de Santiago?

Apenas o Bloco de Esquerda votou contra o novo regulamento da habitação social de Aveiro. A prática do executivo é de aumento de rendas, de castigo aos pobres, de despejos. E se assim tem sido tememos o pior com o novo regulamento que facilita e incentiva o ataque aos pobres.”

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)⁰²⁴

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Muito obrigado. Após este período de ausência que tive agradeço a todos os cuidados que tiveram comigo e que acompanharam a minha doença. E felizmente cá estou para continuar com as minhas parcas intervenções.

É meu apanágio normalmente da intervenção da comunicação do Presidente da Câmara de falar de coisas de futuro, porque o que está na comunicação está executado, está feito, e realmente tem ali situações bastante positivas, e penso que a autarquia estar a navegar no bom caminho.

E por falar em navegar no bom caminho queria falar aqui num assunto que penso a Câmara terá em pensamento nos próximos tempos e nos próximo mandatos, que é realmente os achados arqueológicos da Ria de Aveiro.

A Ria de Aveiro é um maná, direi mesmo, é um supermercado, de achados arqueológicos e de troféus e de peças preciosíssimas que estão no fundo da Ria. Umas já estão detetadas, outras estão ainda selvagens e outras guardadas em armazéns, nomeadamente em Lisboa, em condições bastantes degradadas, que depois de se ter acabada em Aveiro com a delegação do CNAM as peças foram para o Museu da Marinha em Lisboa e agora penso que as verbas são poucas e aquilo está realmente lá amontoado em condições de degradação dia a dia. São peças valiosíssimas, peças que ainda têm de levar tratamento específico para ao longo dos anos não se decomporem.

Tivemos um exemplo aqui de um barco quinhentista que foi descoberta no Aveiro A, e que se fez uma réplica em poliuretano, exposta cá em Aveiro e também no Museu Marítimo de Ílhavo e todas essas peças dessa embarcação ainda estão a ser tratadas.

Mas para além do Aveiro A, temos o B, o C, e já temos até material para o abecedário todo e etc, etc. Que traça um caminho que se já formos a ver os achados catalogados e selecionados, traça precisamente um caminho da subida do Rio Vouga e da entrada na Barra, não no sítio onde está agora, mas naquela zona entre Vagueira e Costa Nova, e que se encaminham para o Rio Vouga. E portanto o Rio Vouga foi sempre um rio navegável em primórdios desde a foz até ao seu início. E era isto que eu queria dizer, neste momento Aveiro tem condições para criar aqui, e com os apoios que há neste quadro 2020, penso a Câmara, juntamente com a Universidade, juntamente com a CIRA, poderiam tentar propor ou tentar fazer uma proposta para um Centro Nacional Arqueológico Marítimo, com sede em Aveiro.

Temos material, temos a Universidade para o apoio, temos aveirenses que sempre trabalharam nisso e com muita competência, e inclusivamente temos instalações que poderiam ser aproveitadas nomeadamente (já não falo nas instalações da lota velha porque estão muito degradadas) mas temos por exemplo o quartel onde neste momento funciona apenas a brigada de trânsito e que está à venda. O Governo pôs aquelas instalações à venda e aquilo tem área para isso e para muito mais e assim valorizar um património que Aveiro merece seja puxado para cá.

A nível desta situação era isso que eu queria era que a Câmara pensasse no assunto. Não é para um ano, é assunto para vários mandatos, possivelmente poderá estar no pensamento de todos os aveirenses.

Outra situação mais célere é que se está aproximar a época do Verão, tivemos já na Páscoa um aumento de turistas em Aveiro, não dúvida, e temos uma Cidade bonita. Mas temos alguns problemas com a Marinha da Troncalhada. Não temos lá espaço para estacionamento de viaturas, não existem instalações sanitárias, não tem acessos a pessoas com deficiência e, portanto são poucas as pessoas que lá podem ir. E com poucas pessoas, com a prata da casa, se poderia ali criar melhores condições.

A Câmara pode por os olhos na Marinha da Universidade de Aveiro, que está com umas condições ótimas, que está produtiva, e tem essas condições todas ali num pequeno espaço. E penso que a nível de custos não serão assim de grande valor.

Outra situação que eu queria saber era que julgo que o CMIA está parado!? Eu passei lá ontem e vi as portas fechadas e não vi lá ninguém a trabalhar. E realmente um investimento que ali se está a fazer se parar mais uma vez é pena porque aquilo tem que acabar e nós temos que ter ali aquele centro de monitorização e de observação das nossas aves. E portanto era isso que eu também queria que a Câmara tomasse atenção nessa situação.

Outro assunto é o trânsito na Beira-mar. O trânsito na Beira-mar continua caótico no aspecto do estacionamento de autocarros. Os autocarros continuam a parar ali anarquicamente naquela zona do canal e deveriam ser encaminhados diretamente para o parque de São João e as pessoas saírem aí e virem a pé que não lhes faz mal nenhum até ao centro da cidade.

Penso que isso é uma questão de regulamento e de informação aos próprios motoristas das camionetes de que o local de paragem seria aquele ou outro que a Câmara queira escolher, para facilitar toda a situação.

A nível de trânsito no Beira-mar também queria referir que existem muitas ruas em que metade é num sentido e a outra metade é em dois sentidos e nalguns casos até de sentido contrário. Quer dizer, há ali uma confusão de sinalética na zona da Beira-mar velha, em que as ruas são paralelas umas às outras, podendo fazer-se ali um fluxo de

trânsito de cada rua no seu sentido. Que penso a todos favorecia. Tantos aos habitantes, como aos turistas que por ali passam, como mesmo às pessoas que ali residem.

Outra situação é à 6.ª feiras, na rua Batalhão Caçadores dez, param ali todas as camionetas que fazem os transportes de ligação com outras cidades dos nossos alunos para a Covilhã, para Lisboa, e criam ali um conflito de tráfego muito grande. Portanto pararem ali autocarros, ainda no outro dia estavam ali quatro autocarros uns atrás dos outros e mais ninguém podiam passar. Temos de proibir isso não há dúvidas. Temos de ser enérgicos nesse aspecto e de chegar ali e arranjar-lhes um lugar para pararem noutra lugar qualquer. Temos de arranjar alternativas para essas paragens porque só por estar ali quem vende os bilhetes os autocarros tenham de parar ali. As pessoas têm de tomar o autocarro num sítio onde realmente não impeçam e a rua estar fluida.

Outra situação era relativamente à Feira de Março. Realmente está muito mais bem arrumada. A solução encontrada está no bom caminho e penso que será uma grande feira e penso que iremos ter realmente uma feira que ira ser falada a nível nacional quer mesmo a nível internacional. Muito obrigado.”

Vogal Anabela Saraiva (PS)⁰²⁶

Vogal Anselmo Castro (PS)⁰²⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²⁸

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Paiva Martins (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³³

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁴

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁷

Vogal Seiça Neves (PS)⁰³⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁹

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴²

“Nesta Assembleia já se falou sobre a Nova Praça do Peixe, já se falou sobre o PAM, Já se falou sobre alguns investimentos da CMA, sobretudo em pavimentações, já se falou sobre a Feira de Março e sobre este tema esperava mais do Partido Socialista pelo menos pelo que disse em comunicado da sua Comissão Política durante a fase de negociação entre a CMA e os Feirantes.

Mas vou falar sobre outro assunto. O enriquecimento de Aveiro e dos Aveirenses tem muito a ver com a capacidade de no nosso Município se gerar trabalho, emprego, produtos, mais-valias e riqueza nesse sentido queria-me referir ao investimento privado recentemente iniciado em Aveiro, estou-me a referir ao investimento da A. Silva Matos, uma unidade de metalomecânica e energias renováveis, outra na área de equipamentos sociais da Estialiving com um investimento grande na criação de um equipamento de alta qualidade na área privada dos equipamentos sociais e da nova unidade de investigação da Bosch num total de 45 milhões de euros e na criação de 300 postos de trabalho direitos, estes como se costuma dizer já cá cantam, já estão em obra no concelho mas há mais. Recentemente fomos informados e vem aqui a esta Assembleia

para aprovação não o investimento mas uma autorização de alteração de um plano, de um novo investimento da Portucel de Cacia, empresa que vai investir na sua unidade industrial de Aveiro 400 Milhões de euros e criar uma fabrica não de pasta de papel como estava programada para Cacia, mas sim uma fabrica limpa de papel tissue com um investimento 4 vezes maior ao previsto criando um novo futuro e um futuro seguro para a unidade da Portucel de Cacia e para os seus colaboradores.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

“Muito obrigado, duas ou três notas complementares sobre o PAM para termos consciência da situação. Outras vantagens do PAM? Nós conseguimos viver estes meses porque nos emprestaram dez vírgula cinco milhões de euros, o tal ATU, foi uma antecipação ao valor que nós propusemos, ou seja, oitenta e nove vírgula cinco milhões de euros. Mas tem outras vantagens. Nós já não conseguíamos viver mais com a tal chuva de penhoras, Dr. Jorge Nascimento; lembra-se da expressão que eu usei. Uma das estratégias formais de termos conseguido pagar as penhoras que pura e simplesmente não nos permitiam fazer qualquer pagamento. Lembro a tal semana trágica em que tivemos penhoras no valor de cinco milhões de euros, numa só semana. A lei FAM e a candidatura formal ao Fundo, o facto de a termos feito porque a lei só por existir não nos livrava, livraram-nos de penhoras. Isto é da maior importância, porque, de facto, a pergunta que o Simão Quina acabou de fazer é da maior pertinência – o que é que nós teríamos feito sem este instrumento? É evidente que o exercício seria muito interessante, principalmente se feito pela Dra. Maria da Luz Nolasco que cada vez que aborda isto mete os pés pelas mãos, porque, Sra. Dra., cada um é para o que nasce, como dizia a nossa avó; e a Sra. Dra. não nasceu para esta coisa dos números. A lógica que nós temos nisto, nem sequer quero fazer este exercício porque nós já não cumprimos a lei dos compromissos; nós não cumprimos a lei da limitação do endividamento; e sabem porque é que nos admitem agora não cumprir? Porque desde o início de setembro que deliberámos formalmente aceder ao fundo. O acesso ao Fundo protegeu a Câmara Municipal de um conjunto de procedimentos legais que existem. Fazendo aqui alguma analogia, embora as coisas sejam muito diferentes, é como quando uma empresa mete um PER para se recuperar e tem que se proteger das penhoras porque de outro modo não consegue viver; é análogo, tem algumas analogias. Este instrumento é absolutamente fundamental.

Rita, não vale a pena perdermos tempo com o Bloco de Esquerda porque vocês não resolvem nada. Os portugueses só entregaram, uma vez, uma câmara ao Bloco de Esquerda. Na primeira recandidatura, rua; nunca mais. Porque, de facto, vocês são “problematizadores” dos problemas, não têm soluções para nada, mesmo para fazer oposição. Os portugueses cada vez confiam menos no Bloco de Esquerda. Depois, põem-nos para aqui a ouvir coisas que são de um surrealismo. O criticismo é uma atitude política democrática, mas tem apenas uma questão: não ajuda a resolver nada. O embrulho em que se metem estas frases para fazer título de notícia, de ataque aos pobres... Rita, se quiser investir um bocadinho do seu tempo, seguramente eu e especialmente a Vereadora Dra. Raquel estará ao seu dispor. O Presidente da Junta, Fernando Marques, deu aqui alguns testemunhos, mas testemunhos que nós não podemos dar em público. Nós estamos a gerir com seriedade, com qualidade, tentando que quem paga seja justificado; pessoas que têm ali casa mas têm mais três ou quatro e isto não pode ser. Nós estamos a gerir bem, a pôr justiça, equidade e a ajudar verdadeiramente quem precisa. O tal regulamento, que votou contra, pela primeira vez em termos regulamentares vai permitir que nós possamos ajudar formalmente alguém

que, objetivamente, perdeu a condição de pagar a sua renda de casa. É a primeira vez que vamos ter esse instrumento. Nunca o tivemos. Por isso é que uma parte do meio milhão de dívida de rendas à câmara existe. Será seguramente uma parte pequena porque há outras razões que, de facto, na sua maioria não são nomes.

Dr. Jorge Nascimento, o martírio dos aveirenses sabe qual foi? E vamos cá trazer a conta toda, eu prometi a conta e vamos cá trazê-la quando vier o PAM. É que os aveirenses há vinte anos, e isso é uma carga fiscal pesadíssima, muito mais pesada do que pagar mais trinta por cento de IMI, porque é preciso atenção porque dos aumentos que as pessoas estão a ter, só trinta por cento é que é responsabilidade da nossa decisão de aumentar de zero três para zero quatro, tudo o resto tem a ver com outros processos de reavaliação, de alteração da condição jurídica, tem a ver com outras coisas; mas a grande injustiça aos aveirenses, os grandes impostos que os aveirenses pagaram e que não pagaram os ilhavenses, os vaguenses, os estarrejenses, os murtoseiros, etc., foi durante vinte anos pagarem água muito mais cara que os nossos vizinhos. O dobro dos de Ílhavo, o quántuplo dos de Vagos. Foi pagar saneamento durante vinte anos muito mais caro que todos os outros, o dobro dos de Ílhavo, o quántuplo dos de Vagos. Foi pagar resíduos de sólidos urbanos com taxas chocantes que nem sequer dá para comparar com a maior parte dos nossos vizinhos porque a maior parte deles nem sequer tinham taxa de resíduos sólidos urbanos. De facto, as governações desta Câmara, nos últimos dezasseis anos, deram uma violenta carga fiscal aos aveirenses. E grande povo, grande terra, que se aguentou, que trabalhou, que criou emprego, que andou para a frente, mas que pagou água, saneamento, resíduos, todos os meses, bem mais alto do que o IMI. E pagou toda a gente, porque o IMI só paga quem é proprietário. Os impostos que eu acabei de referenciar são pagos por toda a gente. Vamos cá trazer esses números todos. Por exemplo, acham justo que os nossos municípios tenham pago a água mais cara que toda a gente e que somos o único município da Associação de Municípios do Carvoeiro que deve muito dinheiro à Associação há muito anos? Acham isto justo? Para onde é que foi o dinheiro das pessoas? Digam-me vocês. Para onde é que foi o dinheiro dos cidadãos? Neste momento ainda devemos quase setecentos e quarenta mil euros ao Carvoeiro, enquistados há cerca de cinco anos. O que é que andaram a fazer com o dinheiro que as pessoas pagaram da água? Onde é que meteram o dinheiro dos cidadãos? Uma parte do dinheiro que as pessoas pagam quando pagam a sua fatura da água é para a Câmara pagar ao Carvoeiro. O exercício é simples. E nós estamos a falar de coisas antes da AdRA nascer. Onde é que estava esta gente a defender os cidadãos que foram gravemente penalizados? Esta é a verdade... mas nós vamos trazer os números para contar a verdade com os números crus e para vermos o quão notável foram estes cidadãos que aguentaram, que pagaram. E hoje, hoje já está bem melhor, quando passavam em estradas até ao final de dois mil e treze, durante dois mil e catorze, era buracada de três por um, escolas e edifícios públicos que são uma vergonha; o que é que andaram a fazer com o dinheiro dos nossos cidadãos? E essa é a garantia nova que nós damos. O dinheiro dos nossos cidadãos é para eles, cidadãos, terem melhores estradas, associações apoiadas, capacidade para ajudar os mais carenciados, etc., etc., etc. Nós não vamos construir elefantes brancos, estádios de futebol que não servem para nada, que têm problemas gravíssimos que qualquer dia os vamos trazer à praça pública. Nós não vamos andar a contratar funcionários como ainda no mandato anterior se contrataram dezenas que não são precisos para nada, etc., etc., etc. É isto que vimos fazer; pôr na ordem, gerir com rigor, com transparência e honrar os cidadãos de Aveiro para que eles saibam, de uma vez por todas, o que é que está a acontecer ao seu dinheiro, e acabe, definitivamente, o desvario, a falta de respeito

pelos impostos, por todos os custos que os nossos concidadãos têm tido e têm participado com honra e com lealdade.

É o grande momento, mas é um momento de grande mudança e de olhar bem à diferença daquilo que já está a acontecer em relação àquilo que aconteceu com o desvario com que se geriu este nosso querido município.

Em relação á Feira de Março só deixar duas ou três notas porque nunca contarei em público certos pormenores. Mas, Dr. Marques Pereira, ao dispor, tenho o maior gosto em explicar, em privado, todas as notas que em público, em defesa da idoneidade da nossa Câmara e da sua empresa municipal, o não devo fazer. Aquilo que aconteceu foram desinteligências de interlocução, de pessoas que não quiseram vir a concurso público, a AveiroExpo lançou concursos públicos, as pessoas não quiseram vir, queriam uma negociação direta por causa de maus hábitos de dois mil e treze que depois também se podem contar, embora essa história se vá contar num outro momento, e num outro patamar. O que aconteceu foi que as pessoas levaram até à última essa sua luta. Podemos fazer a Feira de Março sem divertimentos? Claro que sim, com certeza que sim. Eu cheguei a dizer o ano passado, correu bem, resolvemos muitos dos problemas, nem que fosse o Presidente da Câmara a fazer o pino, embora não fosse, exatamente, uma diversão muito interessante.

Existiram duas ou três notas de pormenor que incendiaram uma situação que tinha tensão. É aquela palavra que se diz fora do sítio, é aquele acto que cai mal e que provocou os excessos, que são excessos como dizia o Paulo Marques, mas que, de facto, são os pequenos pormenores. Tivemos que assumir esse processo, na tal famosa quarta-feira em que fomos notícia em todo o país, lembro-me mesmo de um jornal que tinha uma pessoas que teve um pequenino ferimento, na testa, e que a fotografia dessa testa ocupava quase a página inteira para tentar transformar aquilo num grande ferimento. Uma coisa vergonhosa, do pior que há. É uma peça que vale a pena ver; tão grande imagem para tão pouca matéria. Mas a verdade é que o nosso colega administrador entendeu, ele de mote próprio, que não tinha condição para seguir com aquele processo. O seu espaço de interlocução estava esgotado. A frase que ele me disse, muito simples, para além de ser meu colega administrador é meu amigo de há trinta anos, “eu não tenho condição a gerir este processo”, “eu sou parte do problema, não tenho possibilidade de construir a solução”. Muito bem; uma decisão destas tomada de forma clara e cristalina, por gente séria, e que fez tudo o que entendeu por bem, incluindo um ou outro erro. Nós quando somos gente séria erramos por bem, embora um erro seja um erro. E foi minha responsabilidade assumir o processo. Foi uma negociação pesadíssima, difícilíssima, que culmina com uma reunião de seis horas na sexta-feira, que acaba bem, com um acordo. Depois ainda é posto em causa no domingo, depois é assegurado na segunda-feira, e tudo acabou em bem. Lamento muito que o Partido Socialista e o Partido Comunista, na tal quarta-feira, na tal quarta-feira crítica, tenham feitos comunicados que são uma vergonha de tentar incendiar, tentar tirar proveito de uma situação muito difícil, quando a própria PSP teve a maior dificuldade para tratar de certas coisas; analisem, com pormenor, a atuação da nossa polícia. Nós conseguimos um acordo, conseguimos mais que isso, que era aquilo que mais queríamos, em três dias montar essa componente da Feira de Março e que, em regra, leva dez dias a ser montada. Temos uma Feira de excelência, com os interesses todos defendidos.

O Dr. Marques Pereira falou muito na diminuição de preço. Não vale a pena, eu depois conto-lhe em privado onde é que estava o real problema deste processo todo. Só abordagem inicial, estava na atribuição do mesmo lugar a duas pessoas que se odeiam; o problema mais difícil que tivemos para resolver estava aqui. Tendo sido gerido, e

muito bem, com toda a delicadeza, a verdade é que nós, aquilo que fizemos, a partir do momento em que estávamos a negociar com um grupo e uma associação, foi dizer “nós não abrimos mão da nossa receita total” neste grupo da Feira, onde estavam as tais diversões, como lhes chamamos, a solução que temos era a de aceitar, porque havia espaço, a entrada de mais quatro ou mais cinco e essa entrada permitiu a mesma receita, sendo que unitariamente, cada um deles, pagou os tais menos dez por cento. É um exercício simples, tranquilo, e em termos financeiros esta também vai ser uma boa Feira de Março, e toda a gente que lá tem ido tem sabido isso. Mais... decidimos fazer um acordo com a RTP, contratar um programa. Não é que o programa seja um programa com alguma erudição, mas são seis horas de programação que nos custaram quatro mil e quinhentos euros, custou-nos à AveiroExpo já que entra na despesa da Feira, como é evidente, é uma ação de marketing. Foi uma ação de marketing brutal, com grande sucesso, com enorme retorno. Falou de tudo, para além daquela música que uns gostam e outros não; teve o nosso Professor Jorge Arroiteia em grande performance a fazer de guia sobre Aveiro, falou da Feira de Março, falou de S. Jacinto. Acho que foi uma boa ação e seis horas de televisão por quatro mil e quinhentos euros é uma compra particularmente interessante em termos financeiros.

É isto que conta, conseguirmos resolver os problemas. Para quem está numa Câmara como esta, com tantos problemas, foi mais um bom exercício de teste à nossa capacidade de resolver problemas, embora ali, as negociações e as reuniões não são exatamente assim, em que fala cada um na sua vez, está tudo sentadinho, são ambiências bem mais complexas de gerir. Tudo está bem, foi um bom acordo, temos uma boa feira e, garantidamente, patamares de diálogo e de cooperação para a frente, que nos vão ser muito úteis sem hipotecarmos nada daquilo que são os nossos valores, a nossa exigência de rigor, de qualidade, na gestão de tudo o que fazemos, nomeadamente na nossa queridíssima Feira de Março.

Duas ou três notas complementares. Salavessa, é muito importante cultivar o empreendedorismo, mas não é nas crianças é para as educadoras. O meu amigo distorceu porque ninguém está a fazer aulas de empreendedorismo para crianças. Estamos a dar formação, nessa área, a educadoras para elas ajudarem nas dinâmicas, nos jogos, etc., a cultivar esses princípios. A questão da comida, isso é uma outra frente, cuidamos nós próprios, com toda a rede social, que toda a nossa criançada tenha comida. Mas não vale a pena, estas ações são para as educadoras e não para as crianças de três a seis anos.

Um cumprimento ao Ernesto Barros. Como sabe eu conheço muito bem o dossier dos Achados Arqueológicos. Fui alunos, muitos anos, e gostei muito de ser aluno dele, do Professor Francisco Alves. Esse é um dossier muito importante, complexo. A destruição do CNAS é um perda muito grave. O que disse está tudo bem dito, subescrevo, e é algo que nós, à escala deste episódio extraordinário que é a Ria de Aveiro, podemos e devemos continuar a trabalhar para que um dia possamos explorar no sentido turístico e cultural muitos investimentos que, além do mais, já foram feitos, pelo menos, pelos últimos três governos do nosso país.

Quanto à Troncalhada, dar-vos conta de que toda esta zona até ao CMIA vai sofrer investimentos brutais, sejam de investidores privados – a maior parte, seja do investidor público, como a Câmara Municipal. Estamos a lutar para que possamos ter no Pólis II a componente de qualificar o que resta da EN109-7 transformando-a naquilo que ela tem que ser: uma estrada dique, com prevalência para o peão e para a bicicleta, admitindo, obviamente, os veículos motorizados mas secundarizando a sua importância.

Quanto ao trânsito na Beira Mar e aos seus problemas, continuamos a trabalhar com a PSP. O incumprimento e a fiscalização é com a PSP. Julgamos que tem havido alguns progressos que assinalamos como positivos, nessa e noutras matérias; mas continuamos a trabalhar para que haja progressos muito mais positivos na Beira Mar: o combate aos arrumadores, no estacionamento clandestino na nossa cidade. Portanto, continuamos esse trabalho de cooperação para que as performances da nossa autoridade policial, devidamente tratadas com autoridade administrativa, vão crescendo.

Quanto à paragem dos autocarros no Canal Central, cá viremos falar nisso porque estamos a procurar soluções objetivas para pôr a funcionar uma coisa que nunca funcionou no nosso Município. Chama-se Centro Coordenador de Transportes, tem um telhado a cair, mas está muito bem localizado, temos de trabalhar nele, e é no quadro dos investimentos do futuro e da qualidade de gestão dos transportes rodoviários que vamos ter vida no CCT para deixarmos de ter paragens de autocarros em tudo quanto é canto, a todas as horas, com os incómodos para as pessoas. Para os alunos, principalmente, já que aquilo é malta estudante, e para os pais, é particularmente mais incómodo do que para quem passa ali naquele momento. Está tudo em curso, estão os projetos a serem feitos, para que um edifício que nunca serviu para aquilo para que se construiu vá, finalmente, servir para aquilo que foi estimado e que depois foi completamente abastardado de uma forma inadmissível. Mais uma coisa, de tantas outras, paga pelos dinheiros dos nossos concidadãos sem qualquer retorno social para a sua vida.

Escola EB 1 da Vera Cruz. É nossa profunda convicção que até ao final de julho a escola estará pronta, que teremos condições plenas de fazer a transferência em agosto e que o novo ano lectivo, no início de setembro, arranque no novo edifício. Está tudo a correr bem, temos um esforço financeiro muito complicado porque os trabalhos a mais não financiados, para corrigir erros absurdos daquela obra, são quase meio milhão de euros. Se passarem por lá veem que há lá uma estrada que é necessária. Lançámos agora concurso, vamos adjudicar para a semana, a tal estrada que é necessária. Só tivemos um candidato mas temos uma boa proposta e um bom empreiteiro, vamos adjudicar para fazermos tudo aquilo e continuar a gerir tecnicamente bem, financeiramente bem, com boa relação institucional. Ainda esta semana, eu próprio, tive uma reunião com o empreiteiro/sócio-gerente para tratar de alguns pormenores; na semana anterior fizemos visita à obra; andamos a cuidar de tudo para que este cronograma não falhe, já chega de dores e de adiamentos na nossa Escola da Vera Cruz.

Quanto ao semáforo, ele vai continuar a piscar durante mais algum tempo; o semáforo tem funções a cumprir, os engarrafamentos eram bem piores quando eles estavam ligados, e agora vamos tratar de uma outra operação que é o futuro do pavilhão do Beira Mar. Portanto, há aqui algumas coisas para tratar. Também a reativação da ligação pela rotunda da Salineira para dentro da cidade, junto ao Canal Central. A obra está para terminar e vamos ter, seguramente, melhorias. Eu vou também pedir à PSP a estatística dos acidentes porque tivemos nota apenas de um acidente nos últimos meses. Pelo que disse o Prof. Anselmo terão sido mais que um por dia, portanto vou atualizar a estatística porque não temos nota de haver ali muitos acidentes. Não temos mesmo, pode haver, obviamente, um problema de informação da PSP para connosco, vamos atualizá-lo.

O Francisco Picado perguntou pelo estado da PDA. O que temos trabalhado com a Visabeira e com alguns investidores, eventualmente, parceiros da Visabeira é como é que nós vamos conseguir arranjar investimento complementar aos quinze milhões de

euros que a Visabeira já ali enterrou a comprar terrenos para poder ver o mínimo de rentabilidade. É uma operação muito complexa, os mercados estão como estão, estamos a gerir isso ligando o estádio e as novas dinâmicas do estádio, porque o estádio já existe e podemos, com aquilo que já existe, tirar algum valor e alguma notoriedade para que o resto possa vir a receber pequenos investimentos, porque não é possível de uma outra maneira, como todos temos consciência. A Visabeira é um grupo empresarial forte e bom, mas também tem cotas na PT, também tem financiamentos em bancos com problemas, portanto a vida não é folgada para ninguém, como todos temos boa consciência.

Dra. Ana Seiça Neves, não quero ser pormenorizado, mas dar-lhe nota do seguinte. Um dos nossos grandes objetivos é libertar o edifício do antigo Governo Civil e colocar lá dentro todos os tribunais dispersos. Este é o nosso objetivo, assumimo-lo. Temos muita pena que o ministro Miguel Macedo tenha saído do Governo, porque com o ministro Miguel Macedo resolvíamos este problema. Já com pessoas que andam a perceber no que é que se meteram a dificuldade é muito alta em resolvermos questões destas. Objetivo da Câmara, claro e cristalino, colocar todos os nossos tribunais dispersos pela cidade e um deles em Anadia dentro do edifício do Governo Civil que chega bem para albergar todos eles, com uma localização vantajosa que é estar ao lado do nosso tribunal. Este é o nosso objetivo, trabalhamos intensamente para que venhamos a ter sucesso.

Dr. Marques Pereira, uma nota complementar ao que disse sobre a questão dos financiamentos. Eu sempre relembro que às vezes fazemos ações; quando não fazemos ações é porque não fazemos e quando fazemos ações não se vem. Nesta mesma sala estivemos aqui três horas, há uns meses, a falar sobre os investimentos da Câmara, de forma aberta, participada por toda a gente; estiveram alguns de vocês, poucos, mas estiveram alguns. Portanto, sempre ao dispor, abrangência e abertura total. Agora, nesta fase de negociação dentro dos municípios, negociação com a CCR e a seguir com a Comissão Europeia devemos ter algum recato. Mas se o Sr. Dr. não teve oportunidade de vir àquela sessão, tenho o maior gosto de lhe explicar a estratégia, dizer-lhe o nome dos projetos, a estimativa de custo, tudo porque está tudo decidido, tudo em cima da mesa. É preciso é adaptarmo-nos ao momento que estamos a viver; não é esconder nada, é apenas vivermos o momento com a devida regra e com a devida discricção do momento onde a negociação é uma peça absolutamente preponderante.

Rossio. Lembrar aquilo que já disse só com uma expressão: PEDU, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. É a grande peça, é uma das principais mais-valias que o Portugal2020 vai ter, eixo nove do Centro2020 para quem quiser perceber bem o mecanismo do financiamento, que vai ter basicamente financiamento para cidades sedes de concelho, embora com uma margem larga de três coisas: mobilidade, zonas históricas e frentes ribeirinhas, e áreas de localização de comunidades social e economicamente fragilizadas, entenda-se, maioritariamente, bairros sociais. É o grande instrumento que já está a ser preparado, as dotações financeiras referenciadas, e é uma grande oportunidade. E este exercício de planeamento vai acontecer em simultâneo com o relançamento da revisão do PDM no quadro da nova legislação que aguardamos que seja publicada; revisão da Carta Educativa que tem aqui um papel particularmente importante; e Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Chamo a atenção de todos, as linhas gerais, Sr. Dr., estão escritas nas Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze. Não façam perguntas para as quais a resposta já está dada. Este é o momento de pensar, este é o momento de partilhar perspectivas, para quando chegar o momento das decisões não virem alguns dizer que não houve debate e não se ouviu ninguém. O debate está aberto, as ideias base estão lançadas, é preciso

vir a jogo quem quer vir; quem não quiser vir, encantado, nós cá traremos todas as propostas claras e cristalinas para serem devidamente discutidas e, em muitas das áreas, aprovadas pela Assembleia Municipal, que carecem dessa componente formal obrigatória.

O investimento privado que o Manuel Prior referenciou, estamos muito felizes que tenhamos tido sucesso, vamos continuar a ter, dá muito trabalho, são muitas reuniões, dessas nem pensar dar nota pública, zero, as coisas vão acontecer. Vejam lá que quando eu comecei a negociar com a Portucel, há catorze meses, o investimento previsional era de noventa milhões de euros e o investimento está fechado para quatrocentos e vinte milhões. Vamos continuar a lutar e a conquistar investimento privado para o nosso município.

Salavessa, o congresso da ANMP foi um excelente congresso. O meu amigo saberá bem o que é fazer a raiz quadrada entre comunistas, social-democratas, socialistas, independentes e democratas cristãos. Sou dirigente da ANMP há muitos anos e este foi, para mim, o melhor congresso da ANMP, e eu já sou testemunha de muitos. Agora, devo-vos dizer que acertar textos que uns veem-se mais que foram redigidos pelo Alfredo Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal do Seixal, outros veem-se mais que fui eu, outros veem-se mais que foi o Almeida Henriques; quem conhecer minimamente as personalidades, as ideologias e o enquadramento, percebe quem é que os redigiu. Mas conseguimos isso. É uma grande lição para Portugal que a ANMP deu. O país precisa de gente que faça acordos, o país precisa de gente que governe e que consiga pôr toda a gente a somar e que acabe com este radicalismo absurdo que há em Portugal de que quem está na oposição vira costas a quem está no Governo. A ANMP deu uma grande lição a Portugal, a quem está no Governo e a quem está na oposição, construindo quatro documentos e um documento de conclusões, que devo dizer que são milhares de horas de negociação, eu próprio liderei a negociação em dois dos documentos, mas conseguimos chegar ao fim e algumas das negociações terminaram em cima da aprovação do documento final de resoluções do congresso, e foram quatro longos meses de negociação. Foi um excelente exercício e dizer com clareza que estamos com mais vontade em fazer a descentralização de competências do que está no Decreto-Lei 30. É claro que na ANMP não estamos todos de acordo com tudo, e a ala social-democrata concorda com o Governo, com o Decreto-Lei 30, vamos fazer delegações de competência e eu espero nos próximos dias fechar o acordo para a delegação de competências de gestão do Museu de Aveiro, garantidamente para muito melhor futuro na gestão do Museu de Aveiro, muito mais gente a utilizá-lo, sustentabilidade, notoriedade e integração na oferta cultural e turística total do nosso Município. Vai ser um grande momento.

E quanto à CIRA, a CIRA não manda em nenhum município. Releia o texto, veja as palavras, a CIRA não manda em ninguém. A CIRA tem actos políticos, teve esse, vai ter muitos mais, em total equilíbrio com toda a gente, respeitando as competências dos executivos e dos órgãos deliberativos.

O Palace, meu Presidente, tem sido um bom exemplo. Não falou de tudo, obviamente. Senão estávamos aqui muito tempo. Retirámos os dois postes que não serviam para nada. Há um acordo formal para que a iluminação do edifício tenha funções de iluminação pública, são regras acordadas. A retirada dos caixotes sem engraxadores. Há qualidade, há cooperação institucional. Quanto às pombas, os pombos nós ainda os controlamos; o problema está mesmo nas pombas e nós temos alguma dificuldade, até porque temos algum encantamento com as nossas pombas. Há pequenas medidas que podem ser tomadas e que já conversámos com o Hotel, porque nós queremos continuar

a ter pombas, mas não vamos conseguir que elas estejam sempre no sítio onde nós queremos que elas possam estar.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[044](#)

“Senhor Presidente, sabemos que convive mal com alguns aspetos da democracia. Mas gostava de lhe lembrar que a maioria não é unanimidade. E que, como representantes eleitos, os munícipes que votaram em nós têm o direito de ter tanta voz como de qualquer outro representante aqui presente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[045](#)

“O Bloco tem sempre este tipo de atitudes. Eu não desonrei ninguém. A Rita pode ter sobre mim as dilações democráticas que muito bem entende. Eu prefiro as do povo — do que as suas (ouvem-se vozes)... peço imensa desculpa. Peço imensa desculpa! Se V. Exa fosse democrata entendia a ordem dos cidadãos e respeitava a ordem dos cidadãos, mas já percebi que tem dificuldade. Agora desonrar V. Exa, nunca, jamais em tempo algum o farei.

Portanto, fica-lhe muito mal, usar o expediente fazendo de conta que eu a desonrei para dizer banalidades como aquela que acabou de dizer. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[046](#)

“Tecer um breve comentário. Eu tenho sido bastante tolerante com este procedimento, mas gostava que os senhores deputados apenas invocassem a “Defesa da Honra” quando está em causa isso mesmo. Porque se não passarei a ter de adotar uma atitude diferente.”

Presidente da Mesa:[047](#)

“A Esquerda tem de ter particular cuidado, porque se há partido que gratuitamente atinge a honra das pessoas tem sido o Bloco de Esquerda. Eu falo por mim, que nesta mesma cidade, o vosso antigo líder doutor Anacleto Louçã, hoje escriba regular num órgão do Grupo Sonae, veio aqui tecer um conjunto de acusações vagas, atingindo fortemente a minha honra, aliás na linha habitual da inveja académica e da falta de coerência. E eu gostava de dizer que, nunca fizemos nada a despeito da gravidade da atuação, nunca valorizamos esse procedimento e atitude porque, enfim, é crónico na personagem, mas sobretudo porque Aveiro é uma terra com espírito de liberdade — e o disparate e mesmo a aleivosia e a afronta são permitidos.

Mas agora, uma coisa é o que os senhores fazem na rua e outra é o que fazem nesta Assembleia. E a evocação da figura do ataque à honra tem de ser usada com critério. Por que se assim não for eu vou passar a atuar de outra forma. Muito obrigado.”

Vogal Rita Batista (BE)[048](#)

“Senhor Presidente o conceito de honra é subjetivo e então sugiro que no próximo regulamento desta Assembleia venha bem explícito o que quer dizer honra.”

Presidente da Mesa[049](#)

Vogal Rita Batista (BE)[050](#)

“À posição do Bloco de Esquerda o Senhor Presidente responde-nos com criticismos. Recusou-se a responder às questões concretas. Nada disse das nossas propostas. Pedimos números concretos dos bairros sociais, nada disse. Qual o número de fogos

sociais do IHRU vagos, quantas famílias aguarda resposta de pedido de habitação social e para quando as obras no Bairro de Santiago, nomeadamente, no que diz respeito à canalização.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵¹

“Estou ao dispor eu ou a Sr.ª Vereadora Raquel, para lhe dar toda a informação numa reunião com toda a clama para que possa perceber quantos fogos temos devolutos, por que é que temos, quanto investimento é preciso para os pôr em condições, o que é que estamos a preparar em termos de pôr-mos em ordem o passivo e em termos de preparar todo um conjunto de investimentos de natureza material ou imaterial no quadro dos novos fundos comunitários. Tenho todo o gosto se isso for de facto um interesse verdadeiro da sua parte. Muito gosto.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵²

Vogal Seiça Neves (PS)⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“ Eu gostava de responder a tudo, mas eu também tenho limite de tempo. É só para perceberem isso — tenho e muito bem, era o que mais faltava. Vocês fazem muitas perguntas e fazem muito bem também. Eu procuro o melhor, mas não consigo. Agora, tomei boa nota de tudo e alguma que não tenha respondido estarei ao dispor de a responder numa outra oportunidade. Aliás, esta assembleia tem muitas oportunidades nomeadamente quando falarmos das Contas de 2014.

Senhora Dr.ª o ato que defendemos de entregar todo o edifício do antigo Governo Civil, aos Tribunais provoca logo a saída da PSP.

Aquilo que nós suscitamos à tutela, permita-me reserva parcial, é um mecanismo de integração dos espaços de quartel — como nós costumamos chamar.

Não faz sentido que uma pequena cidade como Aveiro é tenha uma PSP que só toma conta em termos de área de uma pequena parte — obviamente não é assim em termos de população. Mas em termos de área, apenas de uma pequena parte, tenha dois edifícios!? Para quê!? Com custos de existência. Um edifício só por existir tem uma carrada de custos, seja de despesas de funcionamento seja de polícias que tem de estar cativos a tomar conta do edifício – não há volta a dar. Isto faz algum sentido? Com uma área de patrulhamento tão pequena como a PSP tem no nosso município, na nossa cidade. Portanto, aquilo que defendemos são processos de integração com uma unidade para a PSP.

Defendemos também a análise de uma perspectiva de justapor a localização do quartel sede à área de atuação. Eu não sei quem é que inventou a quartel da PSP ser onde é? E o da GNR ser onde é? Mas vocês têm consciência que a GNR faz milhares de quilómetros por mês só para entrar na sua área de jurisdição. Além daquele episódio estranho que é a antiga lota que todos nós achamos que é da PSP, não é. A responsabilidade policial da zona da antiga lota é da GNR. Coisa um bocadinho estranha que estamos a tentar resolver.

Mas a nossa GNR, o quartel de Aveiro, está bem fora da sua área de intervenção. Portanto as propostas que fizemos foram para alterar isto. Baixar custos fixos. E foi muito bem acolhida pelo Ministro Miguel Macedo. Mas são tipos de reformas que precisam de um Ministro com capacidade e peso político. Foi uma pena, quando íamos

na terceira ronda negocial o Ministro Miguel Macedo demitiu-se e obviamente a força política do Ministério baixou substancialmente — como é reconhecido por toda a gente.”

Membros da Assembleia

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁵⁵

Presidente da Mesa⁰⁵⁶

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵⁷

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, deu por encerrada⁰⁵⁸ a primeira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 21 de Abril (3.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 18 de Abril de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:45)